

II ECOB/RJ: AVANÇOS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



Cerca de 200 pessoas participaram do encontro

Decio Tubbs: "A sociedade precisa conhecer as ações dos Comitês de Bacia".

Leia mais na página 6

**Começa o
Cadastro
Ambiental Rural**

Leia mais na página 3

**Estresse Hídrico
é tema
de debates**

Leia mais na página 5

**Regimento Interno
do Comitê
é aprovado**

Leia mais na página 8



O Boletim Informativo NAS ÁGUAS DO GUANDU é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - CBH Guandu

BR 465, km 7, Campus da UFRRI - Prefeitura Universitária Seropédica (RJ) - CEP: 23897-000 - Tel: (21) 3787-3729
www.comiteguandu.org.br - guandu@agevap.org.br

Diretor Geral: Decio Tubbs
Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS)

Secretário Executivo: Júlio Cesar Antunes - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE)

Diretores: Gláucia Freitas Sampaio (Secretaria de Estado de Ambiente - SEA), José Anuniação Gonçalves (Prefeitura Municipal de Queimados), José Gomes Barbosa Júnior (Light Energia S/A), Maurício Ruiz (Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA).



Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (Loja 1A) - Manejo - Resende (RJ)
CEP: 27520-005 - Tel: (24) 3355-8389 - www.agevap.org.br
agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração:
Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho Fiscal: Sinal Ferreira da Silva

Diretor-Executivo: André Luis de Paula Marques

Diretora de Relações Institucionais Interina: Aline Raquel Alvarenga

Diretor Administrativo Financeiro: Diego Elias M. Nascimento Gomes

Diretor de Planejamento Estratégico: Flávio Antônio Simões

Diretor de Recursos Hídricos: Helvécio Zago Galvão César

Gerente de Recursos Hídricos: Amparo Cavalcante

Coordenadora de Núcleo: Fátima Rocha

Produção Gráfica e Editorial, Diagramação, Arte-Final, Reportagens, Redação, Fotografias, Edição e Revisão:

Assessoria de Comunicação do CBH Guandu - Montenegro Grupo de Comunicação - Tel. (21) 2215-9463
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br

Diretor Executivo: Cláudio Montenegro (MTb 19.027)

Jornalista Responsável: Leonardo Poyart

Supervisor de Comunicação: Richard Hollanda

Reportagens: Álvaro Gonzaga, Cíntia Nogueira e Tiago Nicácio

Programação Visual: Tainá Bittencourt

Foto de Capa: Richard Hollanda

Fiscalização e Acompanhamento: Aline Raquel Alvarenga e Fátima Rocha

Tiragem: 4.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Desenvolver ações integradas de curto, médio e longo prazos aliadas a atividades de preservação ambiental levarão a Região Hidrográfica da Bacia do rio Guandu a índices suficientes para prevermos que os projetos criados e em desenvolvimento foram suficientes para recuperar e manter os rios de nossa região.

Mas as águas que nascem claras e se misturam a diversos detritos também recebem qualificações preocupantes.

Por mais que a sociedade não esteja atenta para a preservação das nascentes e dos rios, a falta deles, e por conseguinte, dos reservatórios resulta no que vivenciamos hoje: o estresse hídrico. Abordamos, dentre outras questões, este tema nesta edição do informativo.

A participação do Comitê em exposições e eventos abertos ao público é uma das estratégias para que possamos levar para a sociedade o que estamos desenvolvendo. Este mês, o II ECOB/RJ foi importante local para debates sobre a necessária articulação política das águas pelos Comitês.

Outro fator que mobilizará os proprietários rurais é o cadastro nacional das terras, que promoverá, dentre outros fatores, a preservação do meio ambiente. E os investimentos já começaram, como é o caso do PAP, visando a melhor gestão das águas da RH-II.

Após meses de debates, o novo Regimento Interno do Comitê está prestes a ser aprovado e com aspectos importantes em sua versão atualizada.

Ressaltamos, também, a importância da participação da sociedade nas reuniões do Comitê para, juntos, desenhar um novo cenário hídrico para o Rio.

Acontece

PLANO DE CONTINGÊNCIA

Foi apresentado, em agosto, o relatório preliminar de ação de emergência do Comitê Guandu, quarta etapa do Plano de Contingência para Abastecimento de Água (PCA), elaborado pela empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria para a RH-II e áreas circunvizinhas. A partir deste relatório serão elaboradas as estratégias de comunicação e definidas as metas e diretrizes para o PCA.

Nesta quarta etapa, última antes da fase de mobilização, deverão ser elaboradas as estratégias de comunicação, além de estabelecer metas e diretrizes para o Plano, proposição de intervenções estruturais iniciais e continuadas, bem como indicação de lideranças e atores estratégicos. Também deverá ser definida a matriz institucional para o controle e prevenção do risco ao abastecimento de água.



RICHARD HOLLANDA

Landi: produtores rurais terão até 2017 para se cadastrarem

INICIADO O CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Em maio, o governo federal publicou as regras para a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro eletrônico que tem por finalidade integrar as informações das propriedades rurais, facilitando o controle, monitoramento, planejamento ambiental, econômico e o combate ao desmatamento.

Instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 7.830/2012, o CAR é obrigatório para todos os imóveis rurais em território nacional. Através dele são coletadas informações, como a identificação do proprietário rural, comprovantes de posse e identificação do imóvel. Além disso, é feita a delimitação dos perímetros do imóvel, das áreas de remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) e das áreas de uso restrito e consolidado.

Os produtores rurais têm um ano para efetuar o cadastro, prazo que pode ser prorrogado por igual período. A partir de julho de 2017, proprietários de imóveis rurais sem registro no CAR não terão acesso ao crédito agrícola.

Conforme a Resolução nº 94 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), o CAR é operacionalizado pelas entidades delegatárias de cada Comitê de Bacia e, sempre que cabível, deve ser feito em paralelo à regularização do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos. Para isso, foram alocados R\$ 2 milhões do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), constituído por verbas do pagamento pelo uso da água.

PRIMEIROS CADASTROS

Na Região Hidrográfica da Bacia do rio Guandu (RH-II), a equipe responsável pelo CAR atua em parceria com o Comitê Guandu, sendo formada pelo engenheiro agrônomo Mario Landi, coordenador técnico do programa na RH-II, e pelo engenheiro florestal Roberto Feital.

O primeiro passo foi a busca de parcerias com instituições locais, oferecendo apoio na divulgação das ações e disponibilizando dados das áreas rurais e profissionais para o trabalho de campo. Nesse sentido, as equipes reuniram-se com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e com a AGEVAP para alinhar as ações de divulgação e capacitação. “Como contamos com um grupo de trabalho reduzido, precisamos nos articular com órgãos locais para conseguir realizar o cadastro dentro do prazo previsto”, pontuou Mario Landi.

As visitas às propriedades começaram por Seropédica, que teve os dois primeiros imóveis registrados pelo CAR na região. Os membros da equipe reuniram-se com representantes da secretaria de Meio Ambiente do município e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que demonstraram apoio ao projeto.

Em Rio Claro, esse mapeamento foi facilitado pela ONG The Nature Conservancy (TNC), que já desenvolveu o cadastramento de praticamente metade dos 622 imóveis rurais do município.

Levantamento feito pelo CAR com base no Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a RH-II possui 5.057 estabelecimentos agropecuários.

COMITÊ GUANDU PRESENTE NA EXPO ITAGUAÍ

Uma das competências do Comitê Guandu, prevista em seu Regimento Interno, é “promover a divulgação dos problemas identificados e das decisões tomadas quanto à administração de recursos hídricos”. Colocando em prática essa diretriz, o órgão colegiado participou, em julho, da 21ª edição da Expo Itaguaí, evento organizado por este município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O estande do Comitê pôs à disposição do público diversas informações sobre as ações promovidas na região do Comitê Guandu, através de folhetos, mapas da área sob a gestão do órgão e a listagem detalhada das ações desenvolvidas, todas com seus respectivos orçamentos. O propósito foi o de auxiliar a compreensão de visitantes como Mauro Moura, articulador da diretoria regional Centro-Sul da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC).

Segundo Mauro, o material colhido no estande do Comitê será importante em seu trabalho junto às escolas. “Estamos elaborando um projeto multidisciplinar relacionado à qualidade da água previsto para começar em outubro. O material disponibilizado ajudará nesse primeiro contato com os alunos, para introduzir a importância do tema”, explica. Mauro salienta, ainda, que o envolvimento das escolas intensifica o efeito da divulgação.

“Cada colégio tem cerca de 500 alunos, que levarão as informações para suas famílias e amplificarão o resultado”, diz.

Além dos materiais impressos, representantes da Secretaria Executiva do Comitê também estiveram presentes no evento para esclarecer dúvidas. Diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs destaca a participação da instituição nessa iniciativa. “As discussões fomentadas pelas atividades do Comitê Guandu precisam envolver a população da RH-II, sobretudo neste momento em que assuntos como a transposição do Paraíba do Sul estão sendo estudados. Afinal, estamos tratando de um bem público, finito e essencial para todos”, ressalta.

Entre as ações divulgadas pelo Comitê na Expo Itaguaí estava o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para reforçar essa questão junto ao público participante, em boa parte de proprietários rurais.

Coordenador técnico do programa na RH-II, o engenheiro agrônomo Mário Landi faz uma avaliação positiva do evento. “Apresentamos o CAR dentro da exposição. Foi uma boa oportunidade porque explicamos os procedimentos aos produtores rurais e fizemos um primeiro contato”, afirma. De acordo com Landi, poucos agricultores conheciam o programa, mas todos se mostraram predispostos a cadastrar suas propriedades.



Equipe do Comitê Guandu apresenta a instituição e explica os trabalhos realizados aos visitantes, como Mauro Moura (à direita)

FOTOS: TIAGO NICÁCIO

ESTRESSE HÍDRICO: PREOCUPAÇÃO RECORRENTE

O aumento do consumo de água é uma preocupação permanente nos órgãos responsáveis pela gestão de recursos hídricos no país. Algumas regiões do Brasil já enfrentam dificuldades para captar água, como a Bacia Hidrográfica do rio Guandu.

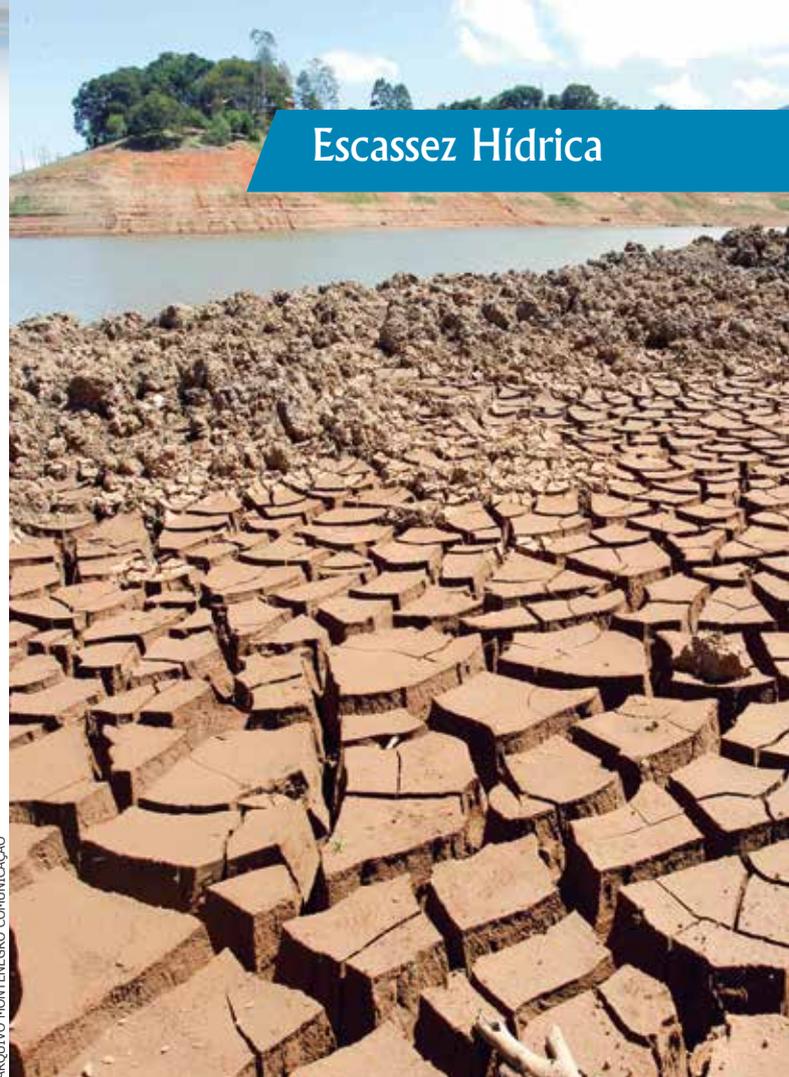
Caso políticas públicas de conservação dos mananciais não sejam colocadas em prática, a situação se agravará. Em território fluminense, o rio Paraíba do Sul abastece 17 municípios ao longo de seu percurso e a Região Metropolitana através da transposição para o rio Guandu.

Nos últimos 20 anos, o período mais crítico de estresse hídrico aconteceu entre o final de 2001 e o início de 2004, quando os níveis dos reservatórios apresentaram reduções substanciais. Essa estiagem levou a uma queda progressiva da vazão mínima em Santa Cecília de 190m³/s para 160m³/s em 2003, impondo reduções nas vazões para o rio Guandu.

A primeira medida da Agência Nacional de Águas (ANA) para mitigar os efeitos da estiagem foi aplicada em agosto de 2001 com a redução temporária da vazão afluente à barragem de Santa Cecília de 250m³/s para 201m³/s, com bombeamento de 130m³/s para o rio Guandu. Até março de 2004 foram mais seis resoluções deste tipo, e o bombeamento para o rio Guandu alcançou a marca de 109m³/s.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (PERHI-RJ) aponta que a situação atual não é menos preocupante. A Bacia do rio Guandu tem 73,6% de sua disponibilidade hídrica comprometida. Ao projetar uma situação futura, os estudos indicam comprometimento de 89,2% dos recursos hídricos em 2030, num cenário otimista, e de 94,7% num cenário tendencial.

Uma simulação feita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em março, ajuda a entender a gravidade do problema. Com base na seca de 1955, a pior já vivida pela região, o ONS estima que até novembro a Bacia do Paraíba do Sul ficaria com apenas 1,8% de sua capacidade, considerando uma vazão de 190m³/s em Santa Cecília.



Sistema Cantareira (SP) opera em níveis críticos de reserva d'água

O coordenador da Câmara Técnica de Estudos e Projetos do Comitê Guandu, Hendrik Mansur, vê os Comitês de Bacia como atores fundamentais neste contexto. “Os comitês devem promover o debate sobre a escassez hídrica e articular a atuação das entidades com capacidade de contribuição para a solução do problema, sempre com a preocupação de mediar os conflitos”, diz.

SITUAÇÃO PREOCUPANTE

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) encaminhou à ANA, em maio, um manifesto pedindo que os governos Federais e Estaduais se unam para viabilizar um programa de investimentos para a recuperação dos rios Paraíba do Sul e Guandu, envolvendo as autoridades municipais e os Comitês.

As medidas propostas pelo CEIVAP incluem o aumento da cobertura de coleta e tratamento de esgoto ao patamar de 80%, fim dos lixões, incentivo ao uso racional da água, proteção e recuperação de mananciais e a construção de um Pacto de Bacia com pontos de monitoramento e de controle.

A situação é dramática e, se nada for feito, a população das cidades estarão comprometidas.



Decio Tubbs (à esquerda) durante a mesa do 2º dia do evento

COMITÊ GUANDU PARTICIPA DO II ECOB/RJ

O município de São Pedro da Aldeia sediou, em agosto, o II Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica (ECOB/RJ). Tomando como ponto de partida o tema *O Comitê de Bacia Hidrográfica como Articulador Político das Águas*, o evento contou com palestras, grupos de discussões e atividades que envolveram representantes de todos os Comitês de Bacias Hidrográficas fluminenses.

Mais de 180 pessoas participaram. Pelo Comitê Guandu, marcaram presença o diretor geral, Decio Tubbs, Nelson Reis (representante da OMA-Brasil) e Antônio Izolani (Faeterj-Paracambi).

Em sua fala na abertura do evento, Decio destacou a necessidade de divulgação do trabalho dos Comitês. “Esse é o momento de mostrarmos à sociedade o nosso papel e a importância do que fazemos. Peço àqueles que não tiveram muito contato com a gestão dos recursos hídricos que se envolvam nos Comitês. Nessa situação de crise, com matérias sobre a falta d’água na mídia, precisamos dialogar com a sociedade”, disse.

A primeira palestra foi ministrada por Anivaldo de Miranda Pinto, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Ele lembrou que a Constituição de 1988 valorizou o conceito de democracia participativa. Para ele, muitas vezes essa gestão compartilhada não se concretiza

plenamente e os órgãos colegiados não têm representatividade ou força para impor mudanças significativas. Salientou, também, os avanços promovidos pela Lei nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRS).

Em relação aos Comitês de Bacia, Anivaldo recomendou que os órgãos colegiados evitem alguns perigos, como o corporativismo, o regionalismo e a influência da política partidária, valorizando, em contrapartida, a política institucional.

Logo após, os participantes se dividiram de acordo com os setores que representavam (sociedade civil, poder público e usuários) para discutir as demandas internas de cada segmento.

O segundo dia do ECOB/RJ começou com a apresentação das discussões promovidas pelos grupos setoriais. Em seguida, a diretora de Gestão das Águas e do Território do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Rosa Maria Formiga, palestrou sobre os avanços e desafios para a implantação dos instrumentos de gestão da Lei nº 3239/1999 no Estado.

Rosa Formiga enumerou os Planos de Bacia do Estado, falou sobre os principais desafios para os gestores das regiões hidrográficas, a concessão de outorgas, a cobrança pelo uso da água, as propostas de enquadramento dos corpos hídricos e os



sistemas de informação. “Os avanços do sistema de gerenciamento de recursos hídricos no Rio de Janeiro são notáveis e devem-se ao amadurecimento do processo e do órgão gestor. Nosso desafio é não deixar estas questões retrocederem”, pontuou.

Na parte da tarde, na Assembleia Geral do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) os participantes escolheram duas experiências exitosas que serão levadas ao encontro nacional, a ser realizado em novembro deste ano, em Alagoas. Os projetos escolhidos foram do CBH Macaé: Águas para o Futuro (de educação ambiental) e Índice de Qualidade da Água do Piabanha.

A plenária aprovou 21 propostas consolidadas a partir das discussões setoriais. Um dos principais pontos foi a necessidade de melhorar a comunicação com a sociedade. “É fundamental utilizarmos os meios de comunicação para levar esse conhecimento à sociedade. Ressalto a importância de um programa bem definido para que saibamos os públicos que precisamos atingir e quais as ferramentas necessárias”, declarou Nelson Reis.

VISITA TÉCNICA

No último dia de atividades do II ECOB/RJ, os participantes se dividiram em dois grupos para as visitas técnicas à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Ponte dos Leites (em Araruama) e ao Centro de Controle Operacional e ETE São Pedro da Aldeia, da Concessionária Pro Lagos.

A Estação Ponte dos Leites, inaugurada em 2005, recebe todo o efluente coletado em Araruama. A ETE utiliza um sistema de lagoas de estabilização com duas lagoas anaeróbias, uma facultativa e outra de maturação. Em 2009, o local foi ampliado para a implantação de um sistema complementar para remoção de nutrientes através de *wetlands*. Após a remodelagem, a ETE Ponte dos



Participantes debatem demandas internas de cada segmento

Leites tornou-se a maior da América Latina a utilizar este sistema, tratando 200 litros de esgoto por segundo.

Após conhecer as instalações, Nelson Reis ressaltou a importância de criar alternativas para o tratamento de esgoto. “Nessas visitas identificamos o que está sendo feito e o que pode ser aproveitado em outros municípios. Não podemos mais aceitar o impacto causado pelo esgoto sanitário”, frisou.



Participantes durante a visita técnica em Araruama. Na página ao lado (rodapé), o wetland na ETE Ponte dos Leites

NOVO REGIMENTO AUMENTA O NÚMERO DE PARTICIPANTES NO COMITÊ



A aprovação do Regimento Interno aconteceu no auditório da UFRRJ

Os membros do Comitê Guandu aprovaram, em maio, o novo Regimento Interno durante a 4ª Reunião Extraordinária do Plenário. O documento regerá o funcionamento e as atividades a partir do biênio 2015-2016, além de trazer inovações para a gestão do Comitê.

Foi criado um Grupo de Trabalho (GT) pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI) para desenvolver as modificações no Regimento.

Na opinião de Nelson Reis, que presidiu o GT, um ponto fundamental para que fosse dado o andamento aos trabalhos foi não se ater a questões polêmicas. “O Regimento foi assunto na CTALI por quase três anos e foram enfrentadas dificuldades que fomos capazes de suprir no GT. Fizemos contribuições importantes para a composição deste documento e construímos da maneira mais inclusiva e dinâmica possível”, afirmou Nelson.

Outra mudança implementada pelo novo Regimento foi a criação de seis vagas para a composição do Plenário. Agora, são 36 vagas, ao contrário das 30 anteriores. O segmento Órgãos

do Governo, por exemplo, abriu mais duas vagas para os municípios, passando a seis. Como cada titular tem direito a um suplente, o novo documento dá a oportunidade de 80% dos municípios da RH-II serem representados nas Plenárias.

Para o diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, este foi o maior ganho que o novo Regimento Interno proporcionou. “Era necessário nos atualizarmos neste sentido. A situação mudou muito desde que iniciamos nossas atividades. Nossa área de abrangência aumentou e a representatividade dentro das reuniões deveria seguir no mesmo sentido. Com mais representantes, o Comitê não cresce somente em número, mas em importância”, destacou.

Aliado a isso, ressaltou o entendimento de que cada membro terá suas três ausências nas reuniões do Comitê computadas anualmente. Antes, a mesma quantidade de faltas era considerada durante um biênio. É possível, ainda, que elas sejam abonadas desde que a instituição encaminhe à diretoria uma justificativa formal da sua ausência.

INVESTIMENTOS PREVISTOS NO PAP SÃO INICIADOS

O Comitê Guandu, no período de 2004 a 2013, investiu cerca de R\$ 49 milhões na implementação de ações que visam à melhor gestão das águas da Região Hidrográfica do rio Guandu (RH-II). As ações beneficiarão os 15 municípios (Seropédica, Mangaratiba, Rio Claro, Barra do Pirai, Pirai, Paracambi, Mendes, Vassouras, Eng. Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Queimados e Rio de Janeiro) abrangidos na sua área de atuação. Entre 2014 e 2016, o valor de investimento previsto pelo Plano de Aplicação Plurianual (PAP) será de R\$ 57,9 milhões, totalizando aproximadamente R\$ 105 milhões.

Os valores previstos no PAP contemplam ações direcionadas ao gerenciamento integrado de recursos hídricos, a recuperação da qualidade ambiental e a proteção e aproveitamento dos recursos hídricos.

Para o diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, o momento é de pôr em prática o que foi proposto. “Muito daquilo que propusemos para esses três anos já está acontecendo. Existe uma complementariedade entre as ações que desenvolvemos pensando sempre na melhor gestão

da região, que sofre há décadas com o crescimento desordenado e a falta de saneamento básico”, destacou.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

Iniciado em 2012, o Plano de Contingência para Abastecimento de Água (PCA) visa a mapear e gerenciar os riscos ambientais naturais ou de origem antrópica na região da bacia que possam ocasionar um comprometimento no abastecimento de água.

Outra preocupação é com as ações direcionadas à proteção e aproveitamento dos recursos hídricos. Conforme determinado no PAP, 14% dos recursos serão destinados à proteção de ecossistemas e mananciais. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), como o Produtores de Água e Floresta (PAF), desenvolvido em Rio Claro, estão entre os projetos.

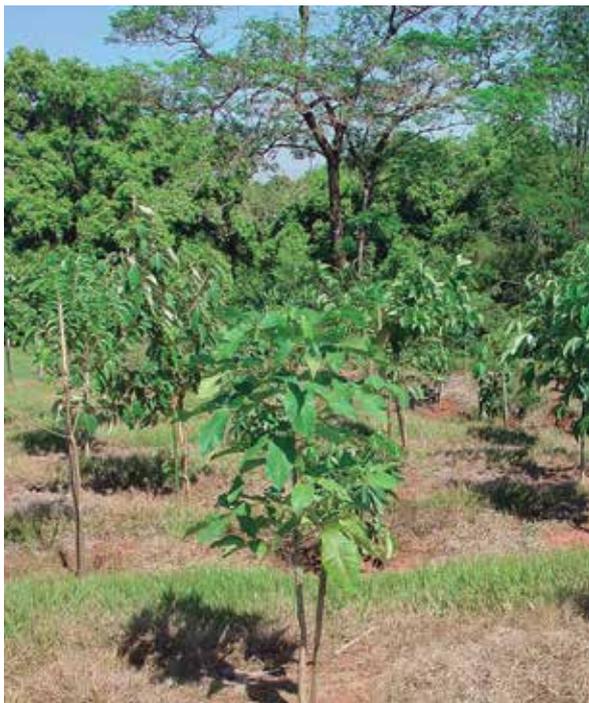
Através do PSA, proprietários de áreas rurais de Rio Claro recebem incentivos financeiros para preservar e restaurar a mata nativa da região. Segundo dados do Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA), até 2013 haviam sido beneficiadas pelo PAF 62 propriedades. Como resultado, 494 hectares foram reflorestados e mais de 4.157 hectares conservados.

Maurício Ruiz, secretário executivo do ITPA, ressaltou o sucesso do PAF. “As metas foram superadas em 40%. Esse é um dos maiores projetos no que diz respeito ao PSA. A sua continuidade é o maior legado deixado pelas ações em Rio Claro”, afirmou.

CORPOS HÍDRICOS

O PAP ainda prevê o investimento de 6% dos recursos em ações como o programa de normatização do enquadramento dos corpos hídricos. O enquadramento de 24 trechos inseridos na RH-II foi aprovado em abril no Plenário do Comitê Guandu. A ação consiste em estabelecer o nível de qualidade a ser alcançado ou mantido.

Após aprovação, o PAP Guandu será encaminhado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro para ser validado.



Um dos projetos do PAP é o de Recuperação de Matas Ciliares

AGENDA ÁGUA: UNIÃO PARA A PRESERVAÇÃO DOS RIOS



RAÍSSA GALDINO

Com o aprendizado, os estudantes poderão contribuir na gestão das águas da RH-II

Fazer da comunidade escolar parceira no trabalho de conservação dos rios por meio da educação ambiental. Este é o foco do Programa Agenda Água na Escola, criado em 2008 pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e que tem previsão de ser executado nos municípios de Rio Claro, Queimados, Seropédica, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Mangaratiba e Itaguaí. A expectativa é capacitar cerca de 320 alunos e 128 professores.

O Programa, que será supervisionado por representantes do Comitê Guandu, da AGEVAP, da SEA e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), orienta e forma professores e alunos de escolas em oito municípios da área de atuação do Comitê.

A coordenadora geral do programa, Fátima Casarin, relatou que o surgimento do Agenda Água foi baseado em experiências anteriores. “O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) realizou de 1997 até 2000 um curso de gestão de recursos hídricos do qual participei. Essa experiência serviu de base para que o Programa se tornasse realidade.

Para o futuro, seria interessante comparar os dados coletados como forma de verificar a evolução das ações”, disse.

Durante os dois anos de realização do projeto serão contempladas um total de 16 escolas. Com o aprendizado adquirido, os estudantes serão capazes de contribuir com a gestão dos recursos hídricos da área, envolvendo toda a comunidade.

O diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, destacou que o Agenda Água na Escola contribuirá de maneira positiva para a conservação dos rios da RH-II. “Apoiamos a iniciativa porque reconhecemos a grande importância que possui. Se professores e estudantes conhecerem mais detalhes de como conservar

os rios, o impacto será muito positivo, pois multiplicarão o conhecimento para mais pessoas”, disse.

Aliado a este esforço, segundo Decio, deve estar o cuidado nas peculiaridades de cada uma das regiões atendidas. “As pessoas e as regiões têm características particulares que devem ser levadas em conta no planejamento e na execução das ações”, acrescentou.

O PROGRAMA

O Agenda Água na Escola oferece oficinas de mobilização e nivelamento da informação ambiental vinculadas à manutenção e recuperação de corpos hídricos. Executado com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM), o Programa conta com o apoio de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).

São cinco fases: mobilização das prefeituras e seleção das escolas, cursos de Formação em Gestão Integrada das Águas e Florestas, expedições ambientais e mobilização da comunidade, construção da Rede Agenda Água e avaliação dos resultados.

PROJETOS RECEBEM VERBA DE AUXÍLIO À PESQUISA

Em junho, a AGEVAP, Secretaria Executiva do Comitê Guandu, recebeu orientadores e alunos para a assinatura dos Termos de Concessão do Auxílio Financeiro dos trabalhos técnicos e científicos selecionados para aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim. De acordo com o Edital nº 004/2013, a iniciativa visa à obtenção de dados que possam contribuir para a gestão dos recursos hídricos da RH-II.

Entre os trabalhos beneficiados está o de *Desenvolvimento de Biomarcadores de Poluição Fecal Hospedeiro-específico em Afluentes do Rio Guandu*, idealizado pela aluna Thaís dos Santos, com orientação da tecnóloga sênior da Fundação Oswaldo Cruz, Maysa Beatriz Clementino. De acordo com Maysa, a linha de pesquisa utilizada prevê a detecção de contaminação de hospedeiro-específico de ambientes aquáticos, que poderá contribuir para ações preventivas de vigilância ambiental em saúde.



Kayo Cesar e Maysa Beatriz

Outro projeto orientado pela pesquisadora intitulado *Detecção de Biomarcadores de Poluição Fecal e da presença de Metais na Avaliação da Qualidade das Águas da Bacia do Rio Guandu*, do aluno Kayo Cesar Bianco Fernandes, visa identificar a contaminação em ambientes aquáticos e os perfis de resistência aos antibióticos. “O foco deste estudo é prevenir riscos à saúde da população”, explicou Kayo.



Paulo Leles e Pedro Lima

O terceiro trabalho selecionado, *Biossólido como Adubação de Plantio em Reflorestamento para Restauração Florestal da Mata Atlântica*, do mestrando Pedro Lima Filho, com orientação do professor da UFRRJ, Paulo Sérgio dos Santos Leles, indica a melhor dosagem de biossólido como adubo de plantio para a restauração florestal, resultando em menores perdas de nutrientes por lixiviação (processo de extração de substância presente em componentes sólidos através da sua dissolução em um líquido), a fim de diminuir os riscos de contaminação do lençol freático.

Segundo o professor Paulo Leles, o projeto de auxílio financeiro à pesquisa é essencial para fomentar trabalhos acadêmicos. “Esse incentivo permite o desenvolvimento de estudos relacionados à área de restauração florestal no Rio de Janeiro e custeia análises e testes laboratoriais”, esclareceu Paulo.

O diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, explicou que o projeto que vem impulsionando programas temáticos relevantes para os locais abrangidos, além de ser um estímulo para estudantes e docentes. “Compreendo a importância de uma proposta como esta, que pode respaldar e incentivar pesquisas importantes para as áreas de atuação do Comitê”, ressaltou.

A 4ª edição do projeto de Auxílio Financeiro para trabalhos técnicos e científicos de conclusão de curso de graduação e de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado está em andamento. Detalhes em www.comiteguandu.org.br

RESUMO DAS ATIVIDADES

As Câmaras Técnicas são comissões temáticas que analisam e expõem ao Plenário do Comitê Guandu questões de natureza técnica. Possuem o compromisso de discutir ideias, planejar e articular propostas de normas e procedimentos inerentes aos recursos hídricos. A seguir, um resumo dos principais assuntos debatidos nos meses de junho e julho de 2014.

CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)

Coordenador: Eduardo Dantas (CEDAE)

A necessidade do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) reavaliar os mecanismos e os valores da cobrança da transposição do Paraíba do Sul foi um dos assuntos debatidos nas reuniões de junho e julho.

Ainda no mês de junho, os membros discutiram a Resolução nº 700 da Agência Nacional de Águas (ANA), que dispõe sobre a redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília.

Em julho foi apresentada a aplicação dos recursos financeiros pela AGEVAP. Um dos tópicos foi o Diagnóstico do Plano de Bacia do CEIVAP - que está sendo exposto aos Comitês de Bacias afluentes ao Paraíba do Sul, numa série de encontros regionais. Na ocasião, os membros discutiram a Resolução nº 898 da ANA, que prorrogou a redução de 190 m³/s para 173 m³/s. O objetivo das Resoluções é avaliar os impactos,



LUCAS LACERDA

tanto na vazão transposta para a Bacia do rio Guandu, quanto para a vazão remanescente que flui para o Médio e Baixo Paraíba do Sul, bem como as negociações e perspectivas de novas reduções.

CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS E PROJETOS (CTEP)

Coordenador: Hendrik Mansur (TNC)



LUCAS LACERDA

Em junho foi apresentado o relatório final do Plano Associativo de Combate às Queimadas e Incêndios. Destaque também para a exposição da hierarquização dos programas e ações do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI), realizada por representantes do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

A pauta de julho ressaltou a situação do estresse hídrico na Bacia do rio Paraíba do Sul e a segurança hídrica no Estado do Rio de Janeiro, além da necessidade de um estudo profundo sobre captação para ser incluído no Plano de Bacia. Também, a atualização sobre a intrusão salina na foz do rio Guandu.

CÂMARA TÉCNICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO (CTCTE)

Coordenadora: Franziska Huber (FAETERJ - Paracambi)

A reunião de julho teve como destaque a apresentação do Termo de Referência da Agenda 21, ferramenta de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases geográficas, que articula pro-

jetos integrados de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Durante o encontro, os representantes da CTCTE assumiram o compromisso de organizar a lista de cursos que serão oferecidos pelo Comitê Guandu em 2015.



LUCAS LACERDA

CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS (CTALI)

Coordenador: Jaime Azulay (CEDAE)



LUCAS LACERDA

No decorrer da reunião de julho, os membros analisaram e deliberaram Resolução que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros para a realização de capacitações. Os participantes também discutiram e aprovaram Resolução que discorre sobre recursos financeiros para

a participação de membros do Comitê Guandu em treinamentos. A cláusula que desencadeou amplo debate foi a que define o preço das diárias. Por fim, decidiu-se pela adoção dos valores previstos pelo Decreto Estadual nº 41644, de 15 de janeiro de 2009.